

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Trabalho final
Roteiro para professor

O jovem na História

Uso ou não uso do uniforme escolar

Segundo semestre de 2011

Disciplina: *Escola no Mundo Contemporâneo*

Professora: *Zilda Iokoi*

Grupo 6 – Período Noturno

Ana Beatriz Costa

Bruno Borgomoni

Gustavo Ladeia

Nadiesda Capuchinho

Nina Galvão

Theo Malouf

Theo Ortega

Sumário

- 3 Apresentação e objetivos
- 4 Base teórica
- 7 Roteiro de aula
- 9 Vídeo
- 11 Considerações finais
- 13 Bibliografia

Apresentação e objetivos

Somos um grupo de graduandos em História que, diante da proposta coletiva de realizar um trabalho final, da disciplina Escola no Mundo Contemporâneo, sob a temática “O papel do jovem na História”, optou por pensar acerca do uniforme escolar. A escolha por esse tema se deu de forma espontânea, durante uma conversa em que o grupo percebeu que essa questão era algo em aberto para todos.

Isso significa que a nossa experiência pessoal enquanto estudantes influenciou a escolha do tema, o que não o torna menos relevante nem se constitui em demérito. A constatação de que se trata de um debate que não é feito dentro de sala de aula, e considerando que os integrantes do grupo têm experiências díspares (escola pública, escola particular religiosa/tradicional ou com metodologias alternativas, escola militar), a necessidade de investigação e estudo norteou a nossa escolha sobre o que tratar dentro do amplo leque compartilhado que indaga sobre o papel do jovem na História.

Nossa intenção, diante do acordo surgido após um diálogo em que todos manifestaram apreensão e curiosidade por nunca terem discutido esse tema enquanto estudantes secundaristas ou universitários, é trazer à tona um debate que raramente é feito dentro do ambiente escolar como um todo. Não está dentro dos nossos objetivos transmitir qualquer juízo de valor ou opinião definida sobre adotar ou não o uso de uniformes nas escolas.

O objetivo desse roteiro é criar condições para que uma boa e ampla discussão sobre o uniforme escolar se realize e, se possível, sob perspectivas não só contemporâneas mas também históricas. É importante salientar que a idéia não é interromper o conteúdo para falar de algo que esteja fora do currículo. Trata-se de articular a discussão sobre uniformes com o processo histórico, sem descola-lá da realidade histórica dos atores ali presentes. Para tanto, uma base teórica inicial é proposta nesse material, a fim de dar suporte a essa abordagem histórica do uniforme.

O intuito desse material é o de ser útil tanto para escolas que possuem o uniforme como regra quanto para as que não possuem. Na abordagem de pontos de vista díspares com relação ao uso dessa vestimenta (através do vídeo), não intentamos lutar contra ou a favor do uniforme, e sim fazer com que ele seja discutido dentro da sala de aula. Acreditamos que um ambiente com regras não explicadas ou discutidas não favorece o aprendizado, portanto faz-se necessário pensar sob pontos de vistas diferentes, refletir e dialogar, para que um acúmulo comum se crie e o entendimento geral prevaleça.

Base teórica

“Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares.”

Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, p. 148

Como alicerce teórico, levantaremos alguns breves debates e conceituações presentes no pensamento do filósofo francês Michel Foucault – utilizaremos os textos contidos na compilação chamada *Microfísica do poder*. Serão feitas breves discussões e exposições acerca da noção de *poder, corpo e disciplina*, que podem auxiliar o educador na empreitada de desencadear um debate conciso sobre nosso tema em questão. Não se faz necessário transmitir esse conteúdo filosófico e pouco palatável aos estudantes de forma esquemática, mas de usar artifícios lingüísticos que tornem esse conteúdo ferramenta para o debate.

O nono capítulo – intitulado “Poder-corpo” – da já citada compilação é uma entrevista do filósofo dada ao periódico francês *Quel Corps?*, em junho de 1975. Aqui a discussão gira em torno do poder exercido sobre os corpos, sejam de crianças/estudantes, loucos ou encarcerados. Está em pauta a forma como esse poder ganha contornos nítidos no cotidiano, influenciando nossa relação com nosso próprio corpo, alterando e moldando nosso comportamento.

Esse poder, de que Foucault sempre fala, não é apenas o grande poder estatal. Ele atenta para as relações de poder contidas nos relacionamentos pessoais, na micro esfera do cotidiano. Muito de sua descrença em uma mudança macro política, como por exemplo do capitalismo para o socialismo, se explica pelo fato de ele acreditar que nada vai mudar se apenas o mecanismo de poder estatal for destruído; é preciso que os poderes de níveis elementares também mudem. Em suma, tenta captar o poder onde ele é menos jurídico, mais capilar, regional, emaranhado nas instituições. Nem por isso se trata de algo abstrato, “na verdade nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (p. 147). Além de bastante material, ele vai a diante da dicotomia legislação-repressão, demasiadamente usada pela direita (apego às leis) e pela esquerda (redução do poder, muitas vezes, à perspectiva da repressão – ver página 191). O poder não é apenas negativo, pois se o fosse, seria muito frágil. É forte porque “produz efeitos positivos a níveis de desejo e também a nível de saber” (p. 148). Aqui está um grande paradigma foucaultiano: o poder como produtor de saber, produtor de verdades.

O reflexo desse complexo poder há de ser notado no nosso corpo, nos nossos hábitos, na nossa disciplina social. Esse corpo, receptáculo de poderes, “se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre as crianças e as instâncias de controle” (p. 147). A domesticação do corpo da criança – lembrando que o começo do grande esforço de discipli-

narização e de normalização do corpo como temos hoje é datado do século XIX – para que esta possa se enquadrar nas normas sociais de comportamento, é uma tarefa empreendida por pais e educadores, na maioria das vezes de forma autoritária. O uso do uniforme escolar pode figurar como uma dentre muitas ações para esse fim.

Contudo, o que chamamos de domesticação do corpo também pode ser entendido sob outro viés, o do cuidado com o mundo (*amor mundi*). Hannah Arendt em seu texto sobre educação, contido na compilação de textos *Entre o passado e o futuro*, discorre sobre a responsabilidade que os adultos têm de inserir na sociedade e de transmitir a tradição aos novos que chegam. A autora identifica a crise na educação principalmente na mudança de postura dos adultos, agora mais individualistas e que não se sentem responsáveis pelo futuro dos que nascem. Familiarizar a criança com as regras e a ética presentes na sociedade, sem deixá-la incapaz de ações transformadoras ou mesmo contestadoras do status quo é um grande desafio da escola.

O décimo segundo capítulo da *Microfísica do poder* é chamado “Soberania e Disciplina”. Trata-se de um curso ministrado no Collège de France em 14 de janeiro de 1976. O autor começa por explicar a que tem se dedicado suas pesquisas desde o início da década de 1970 “tentei discernir os mecanismos existentes entre dois pontos de referência, dois limites: por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no. Um triângulo, portanto: poder, direito e verdade”.

Cabe aqui a reflexão de que o uso do uniforme escolar não precisa ser uma verdade absoluta dada através de um poder autoritário, dentro da microfísica escolar. A opção ao não pelo uso da vestimenta pode ou não ser horizontalizada, porém deve antes de tudo ser um debate acessível. Os processos de sujeição que sujeitam os corpos, dirigem os gestos e regem os comportamentos vão para além do uniforme, porém nem por isso esse aspecto se torna menor. Os discursos que a disciplina cria são um exemplo de como o poder é “algo que circula, que funciona em cadeia” (p. 183).

O décimo quarto capítulo desse livro, “O Olho do poder”, é uma entrevista de Foucault dada a Jean Pierre Barou e Michelle Perrot (acadêmicos franceses) aparentemente na década de 1970, pois não há a data exata citada. Discorre a respeito da questão espacial do poder, de ambientes forjados para a vigilância constante, até que se desenvolva a auto vigilância do vigiado.

“Seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’ – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas” (p. 212). É importante pensarmos o espaço, seja ele o da sala de aula ou o da cidade como um todo, como um palco dos poderes mas, também, como um criador de poder.

O foco desse capítulo é a discussão sobre o *panóptico* de Jeremy Bentham, desenvolvido no século XVIII diante de uma situação de mudanças profundas na sociedade ocidental, que

precisou usar da tecnologia arquitetônica para tornar o poder de vigilância ainda mais sutil e fazê-lo circular ainda mais. Esse “aparelho de desconfiança total e circulante” (p. 221) tem como meta solucionar o problema da visibilidade, e funciona, resumidamente, da seguinte forma: é uma construção circular dividida em celas que abrem para a parte interna do círculo, há uma torre no meio. Cada cela tem duas janelas, uma voltada para o exterior, para obtenção de luz, e outra voltada para o interior, ou seja, para a torre. “Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante” (p. 210). Essa arquitetura criava o ambiente perfeito da vigilância. Depois de um certo tempo, nem o vigia na torre era necessário. Todos passavam a agir de forma auto vigilante e, mais ainda, passavam a vigiar seus pares.

Esse mecanismo foi usado mesmo antes de Bentham esquematiza-lo tão bem em sua obra. Como demonstra Foucault, a Escola Militar de Paris adotou o método *panóptico* em seus dormitórios em 1971. O medo do desenvolvimento da sexualidade entre os estudantes favoreceu a criação de um aparato que não permitia sequer que o cabeleireiro tocasse o corpo do estudante – “Nestes temas de vigilância, e particularmente de vigilância escolar, parece que os controles da sexualidade se inscrevem na arquitetura. No caso da Escola Militar, a luta contra a homossexualidade e a masturbação é contada pelas próprias paredes” (p. 213).

É certo que a esquematização das idéias realizada por Bentham surge de uma demanda: “Na verdade é aquilo que os médicos, os penalistas, os industriais, os educadores procuravam que Bentham lhes propõe: ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância.” (p. 211). Bentham organizou uma solução para o problema da visibilidade, porém pautado sob o olhar dominador e vigilante. O que acontece após a obra de Bentham é surpreendente. A Revolução Francesa toma suas idéias em torno do *panóptico* como humanitárias, uma vez que ninguém deve se desviar dos objetivos da revolução, todos devem ser bons.

A arquitetura como meio de controle e organização política está longe de excluir o espaço escolar. Diante da exposição sobre o *panóptico*, idealizado por Bentham e explorado por Foucault em seus estudos (principalmente na obra de 1974 “*Vigiar e punir*”), e da idéia de uma espacialidade do poder, podemos fazer o paralelo com a contemporaneidade. A discussão sobre câmeras nas escolas não foge a toda essa questão da vigilância a ser internalizada pelos vigiados. Mantendo o foco no uniforme, até que medida ele serve para favorecer uma maior vigilância sobre o aluno, principalmente quando ele se encontra fora do espaço escolar? O uniforme é um fator de aumento ou de diluição do poder de vigilância?

Essas questões, ancoradas nos conceitos de Foucault e nas experiências vividas por alunos, estudantes e funcionários, devem ajudar o debate dentro da escola sobre uso ou não uso do uniforme escolar. Não está dado a priori que o uniforme é bom ou ruim. O que ele se tornará para os alunos vai depender da dinâmica das práticas sociais escolares. Ele pode vir a ser um elemento agregador de identidade, ou um fato autoritário e repressivo. A única certeza que temos é que o tema deve ser trabalhado.

Roteiro de aula

1. O professor deve instruir os alunos para que tragam de casa:
Alunos do Ensino Fundamental: fotos de familiares (pais, avós, tios) em período escolar.
Alunos do Ensino Médio: fotos (de jornais, revistas ou internet) de pessoas usando uniformes (no trabalho, no exército, na escola etc.).
O professor também pode dispor de imagens prévias.
2. Começar a aula passando o vídeo – o vídeo será composto de relatos de estudantes de diferentes escolas, de coordenadores e diretores e também de pessoas mais velhas sobre a experiência que tiveram na escola no que se refere ao uso ou não uso do uniforme escolar – que servirá como detonador da discussão.
3. Como se trata de um roteiro para uma aula de História (mas que pode, e deve, ser adaptado para outra matéria de Humanas), antes de entrar na questão do uso ou não uso de uniformes por aqueles estudantes presentes, pode-se levantar algumas questões apoiadas em exemplos históricos, de acordo com o conteúdo que os alunos já tiveram:
 - a) *O uniforme cria uma identificação coletiva, uma identidade?*
Exemplo: exércitos inimigos em uma batalha onde cada uniforme representa uma nação; times de futebol ao longo da história etc.
 - b) *O uniforme minimiza a individualidade?*
Exemplo: Nazismo, anulação do indivíduo, uniformização estética de uma sociedade em prol de um Estado forte;
Exemplo de contraponto: em algum time de algum esporte todos estão uniformizados, o que não impede que a capacidade individual de alguns se sobressaia.
 - c) *De quais formas o uniforme distingue?*
Exemplo: tribos, culturas, classes sociais, religião, profissão etc.
 - d) *Se o uniforme exerce de fato todas essas funções, como elas podem estar presentes em um ambiente em que não se observa o uso do uniforme? Vale dizer, existe uniformização sem uniforme?*
Exemplo: aqui pode-se pedir para os alunos pensarem nas suas próprias vestimentas fora do ambiente escolar, ou, no caso de uma instituição que não adote o uso obrigatório-

rio do uniforme, dentro da própria escola. Em uma aula de história, pode-se pensar em que momentos o uniforme não correspondia a todo o conjunto da vestimenta, mas por vezes a uma simples insígnia (como, por exemplo, as fitas tricolores dos revolucionários franceses), nem por isso menos carregada de significado. Com alunos (e principalmente alunas) mais velhos, uma discussão a respeito da *moda*, da uniformização e da expressão pode ser também bastante interessante.

4. Depois desse acúmulo gerado pelo vídeo e pelas questões levantadas pelo professor a partir de exemplos históricos, sugere-se haver uma discussão coletiva sobre os prós e os contras do uso de uniforme na escola, bem como uma aproximação da realidade por eles vivida em ambiente escolar. A partir de então pode haver uma dinâmica em grupos menores com as imagens por eles trazidas. Fica a critério do professor organizar a sala em grupos grandes ou pequenos, ou mesmo em roda.

Por fim, cabe ressaltar que todas essas discussões não precisam se ater a um ambiente específico, como uma aula de História ou de Orientação Educacional, por exemplo. Orientados pela instituição, professores de matérias como Filosofia, Sociologia, Geografia e, é claro, História, podem abordar o tema em meio ao conteúdo regular das disciplinas.

Vídeo

Nossa intenção com o vídeo, além de ele ser um detonador da discussão em que estão presentes diversas opiniões díspares, é a de acrescentar uma nova linguagem a essa proposta de debate sobre o uniforme escolar. A linguagem audiovisual traz novos elementos à discussão. Que devem ser aproveitados pelo professor(a).

Para a realização das entrevistas, utilizamos o seguinte roteiro norteador de perguntas:

Para alunos

- ▶ Apresentação do entrevistado (nome, idade, escola, descrever o uniforme da escola em que estuda ou estudou)
- ▶ Há quantos anos a sua escola adota o uso do uniforme?
- ▶ Como você se sente/sentia usando uniforme? Por que?
- ▶ A utilização do uniforme é obrigatória na sua escola? Se sim, até que idade?
- ▶ O uniforme é fornecido pela escola ou os alunos devem comprá-lo?
- ▶ Algum dia você viu essa norma ser discutida na escola?
- ▶ Alguma vez a escola procurou explicar aos alunos por que adota o uso do uniforme?
- ▶ Por que você acha que a sua escola adota/adotou o uso do uniforme?
- ▶ Você já presenciou algum conflito dentro da escola por conta do uniforme? Se sim, que tipo de conflito?
- ▶ Quais são as diretrizes da escola para o uso de acessórios (bijouterias, mochilas, piercings/tatuagens, bonés/chapéus), calçados etc.?
- ▶ Você ou algum de seus colegas já tentou burlar essa regra? Se sim, quais foram as consequências?
- ▶ Você sente que a escola oferece uma boa quantidade de opções de peças no uniforme (calças, shorts, saia, blusa masculina e feminina etc.)?
- ▶ No caso da escola só adotar o uso obrigatório do uniforme até determinada idade, o que você acha que mudou no seu cotidiano?
- ▶ O que mudou desde a época em que você estava na escola, co relação aos uniformes? (direcionada para as pessoas mais velhas)

Para orientadores / coordenadores

- ▶ Apresentação do entrevistado (nome, escola, cargo que ocupa e há quanto tempo)
- ▶ Há quantos anos a escola em que trabalha adota o uniforme? Se não adota, sempre foi assim?
- ▶ O uso do uniforme é obrigatório? Se sim, até que idade?
- ▶ Por que a escola adota o uniforme? Que função ele tem no projeto pedagógico da escola?
- ▶ As razões para a utilização do uniforme são discutidas com os alunos? Se sim, como se coloca essa discussão?
- ▶ As razões para a utilização do uniforme são discutidas com os pais? Se sim, como se coloca essa discussão?
- ▶ Como você acredita que os alunos enxergam o uso do uniforme?
- ▶ Quão rígidas são as normas de utilização do uniforme na escola? Quais são as consequências para os alunos que não as respeitam?
- ▶ Os alunos costumam tentar burlar a utilização do uniforme. Se sim, como?

Considerações finais

Tendo em vista as reflexões proporcionadas tanto pela pesquisa bibliográfica quanto pelos enriquecedores depoimentos de alunos, pais e educadores, nota-se o quão complexa é a questão do uniforme escolar. Tal constatação não nos parece tão óbvia quanto deveria ser, ao levarmos em conta que o tema é muito pouco discutido com os alunos, e mesmo com os próprios pais, no ambiente escolar.

Nas escolas que adotam seu uso obrigatório, o uniforme é parte integrante do seu projeto pedagógico e cabe à instituição, por tanto, ter clareza dessa conexão e abordá-la com transparência diante de pais e alunos; trata-se de uma escolha pela qual a escola deve se responsabilizar. Se um dos objetivos da nossa proposta é alimentar uma discussão que desmistifique o uso do uniforme diante dos alunos, retirando do mesmo a pecha de “vilão” do ambiente escolar, é fundamental ressaltar a ineficiência da reprodução de *pensamentos* totalizantes e uniformizadores na sala de aula.

Pensando no texto “A crise da escola”, de Regina Magalhães de Souza, podemos chegar a algumas idéias interessantes. Considerando a caracterização que a autora faz da *crise da escola* como algo que ultrapassa os limites institucionais, é possível considerar com os alunos que o uniforme, se discutido em sala na sua historicidade, pode significar uma forma das crianças receberem alguma narrativa do próprio passado através dos mais velhos, resgatando algo da responsabilidade de que sente falta Hannah Arendt. Trata-se apenas de um exemplo, mas que pode auxiliar o professor a levar para os alunos uma visão mais plural da questão do uniforme.

No nosso entendimento, a escola é o espaço do convívio na diversidade, que passa também por uma sensibilidade corpórea. Não acreditamos que o uso do uniforme impeça a priori a expressão e a valorização de tal diversidade, mas é papel da instituição conduzir uma discussão sobre o assunto que proporcione aos alunos essa compreensão. E muitas vezes é a imposição sem nenhum tipo de esclarecimento que torna o uniforme autoritário, e não a vestimenta em si. Se, como colocamos, a escola não precisa tornar a decisão a respeito do uniforme uma opção, nem *justificá-la* diante dos alunos, é seu dever explicá-la. No ambiente escolar, a distinção entre *responsabilidade* e *autoritarismo* nos parece fundamental.

Ao nosso ver, um dos maiores desafios que se coloca diante de qualquer instituição de ensino é como ensinar o pensamento crítico, as diversas maneiras de se ver o mundo. Diante de tal tarefa, essencial para a formação de *sujeitos* e *cidadãos*, é interessante para o educador começar se perguntando que outras maneiras de ver o mundo existem na própria sala de aula. Nosso propósito é auxiliar de alguma maneira nessa tarefa.

Percebendo através da leitura de Foucault como o poder é “algo que circula, que funciona em cadeia” (p. 183), e que as repercussões dessa trama complexa são mais sutis do que imagina-

mos, ressaltamos, por fim, o quanto essa discussão pode ser enriquecedora mesmo em escolas que não adotam o uso obrigatório do uniforme. Se o objetivo é a formação de indivíduos críticos, é interessante incentivar os alunos a pensar o quão “livres” são as suas escolhas de roupas em ambientes sem uma rígida determinação. Vale dizer, é interessante levar os alunos a questionarem se a questão da uniformização, da livre expressão e dos discursos veiculados pela grande mídia estão ou não a serviço do mercado e de interesses econômicos padronizadores, ou que lucram com uma falsa diversidade ou falsa sensação de escolha.

A responsabilidade pelo mundo inclui o cuidado de debater e, mais que isso, incitar a prática salutar do debate coletivo, onde cada um pode exercer sua capacidade de tolerância e argumentação.

Bibliografia

A bibliografia sobre esse tema é bem restrita. A existente deve ser usada de forma extremamente crítica, tendo em vista que há produções direcionadas a esse assunto que são de cunho privado/emprasarial.

ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Juiz de Fora: EFJF, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1979.

LONZA, Furio. *História do uniforme escolar no Brasil*. Empresa Rhodia e Ministério da Cultura, 1997.

SOUZA, Regina Magalhães de. *Escola e juventude: o aprender a aprender*. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

SILVA, Katiene Nogueira da. “*Criança calçada, criança sadia!*”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). São Paulo: tese de mestrado pela FE-USP, 2006.